

**APRENDENDO COM RITMOS AFRICANOS: estratégia pedagógica
para o ensino de história e cultura africana e de suas diásporas**

Matheus Alencar Fernandes Oliveira¹

Orientador: Mamadou Alpha Diallo²

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir possibilidades pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/03 a partir do ensino de ritmos africanos e da diáspora africana da América Latina e Caribe. É tomado como base as reflexões desencadeadas das aulas e oficinas realizadas no projeto de extensão *Alafia Erê: Arte e Educação das Culturas Afro-descendentes* (2017-2018) e no projeto de acolhimento estudantil *Conhecimento de Orí: ancestralidade e vivências artístico-culturais Negras na América Latina e Caribe* (2019) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. O texto argumenta que considerando as manifestações culturais musicais africanas como importante estratégia de resistência e continuidade cultural na diáspora africana, o ensino de ritmos africanos pode constituir uma possibilidade pedagógica para a implementação da Lei 10.639/03.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Ritmos Africanos; Lei 10.639/03.

¹ Estudante do curso História Licenciatura na Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

² Professor do curso Relações Internacionais e Integração na Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo discutir possibilidades pedagógicas para a implementação da Lei 10.639/03 a partir do ensino de ritmos africanos e da diáspora africana da América Latina e Caribe. Compreendendo que a partir das manifestações culturais musicais e artísticas se dão possibilidades de discussão sobre a história e cultura africana e das suas diásporas. O texto se baseia nas reflexões desencadeadas das aulas e oficinas realizadas no projeto de extensão *Alafia Erê: Arte e Educação das Culturas Afro-descendentes*³ (2017-2018) e do projeto de acolhimento estudantil *Conhecimento de Orí: ancestralidade e vivências artístico-culturais Negras na América Latina e Caribe*⁴ (2019), vinculados à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Estes projetos foram elaborados e executados em parceria com o grupo DanZafro⁵. Tem em comum a finalidade de ampliar os conhecimentos da população periférica de Foz do Iguaçu sobre África e suas diásporas⁶ a partir de suas manifestações culturais, musicais, artísticas, literárias e religiosas. Visando combater o racismo que historicamente está estruturado na América Latina e que tem como consequências as opressões materiais e imateriais às populações negras e indígenas na atualidade.

Juntamente com este artigo, os projetos reforçam a importância e contribuem para a implementação da Lei 10.639/03, que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. É parte da luta dos povos africanos do continente e da diáspora africana para manter e recuperar sua dignidade frente à escravização e o colonialismo. Dentro deste contexto, é possível contribuir para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história africana e da diáspora africana a partir do ensino de

³ Coordenado pelas professoras da UNILA Kira Santos Pereira, professora de Cinema e Audiovisual e Senilde Alcântara Guanaes, professora de Antropologia e Diversidade Cultural na América Latina.

⁴ Coordenado por Angela Maria de Souza, professora de Antropologia: Diversidade Cultural na América Latina na UNILA. O projeto é idealizado por estudantes negras/os de graduação da UNILA.

⁵ Grupo de danças e ritmos africanos iniciado em 2013 em Foz do Iguaçu por estudantes da UNILA. Entre elas Juliana Zacarias professora de dança, graduada em Letras, Artes e Mediação Cultural e Maria Lucilia Emilien Beaubrun professora de dança, ex-estudante de Engenharia Civil, ambas na UNILA. O grupo tem como objetivo difundir conhecimentos sobre história e cultura africana e das suas diásporas latino-americanas nas escolas e comunidades da cidade, contribuindo com a implementação da Lei 10.639/03 e com o combate ao racismo.

⁶ A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos *tumbeiros* (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil. (PALMARES, 2019).

seus ritmos e de sua musicalidade? Este texto pretende mostrar pelo menos parcialmente que sim e discutir novos conceitos e práticas pedagógicas sobre a temática.

Utilizo o termo “africano” como definição política para caracterizar pessoas africanas do continente e da diáspora africana, atendendo ao chamado da União Africana⁷ para a articulação da sexta região africana e contribuir para a libertação dos povos do continente africano e de suas diásporas, grupo que faço parte sendo africano descendente dos povos trazidos pelo tráfico transatlântico europeu e escravizados nas Américas. Segundo Nah Dove (2018), o termo africano também é utilizado por pessoas africanas da diáspora para se auto definir, porque apesar de nossas experiências diferentes, estamos ligados à nossa memória cultural e espiritualidade africana e, por conta disso, podemos a qualquer momento nos tornarmos conscientes de sua importância para nossa africanidade e futuro.

Os projetos citados são parte das manifestações culturais musicais trazidas do continente africano e recriadas na diáspora, entendidas estas culturas como forma de resistência no contexto de luta contra o colonialismo (CABRAL, 2011). A partir do aprendizado dos ritmos nos tambores e demais instrumentos musicais, nas danças, como também do seu contexto histórico de formação, podemos discutir temas e elementos da resistência e continuidade cultural africana na diáspora, o reconhecimento e valorização da história e cultura de matriz africana, as formas de manifestação do racismo e as possibilidades de combatê-lo.

Na primeira parte do texto é apresentada a relevância da lei 10.639/03 no papel de combate ao racismo e seus motivos de criação ancorados na formação histórica da diáspora africana. Na segunda parte, são apresentados os ritmos como resistência, continuidade cultural, fonte histórica e sua trajetória na luta pela preservação da cultura africana e de seus descendentes. Logo após compreenderemos, a partir de práticas de ensino nos projetos de extensão e acolhimento, as possibilidades do ensino de ritmos como estratégia pedagógica para o ensino de história africana e da diáspora africana.

RELEVÂNCIA DA LEI 10.639/03 NO COMBATE AO RACISMO

A diáspora africana na América foi criada pelo tráfico transatlântico europeu, pelo qual cerca de 40 a 100 milhões de africanos foram deportados para a Europa e a América

⁷ Nós, da Diáspora, atendemos ao chamado da União Africana, durante as comemorações dos 50 anos da União Africana, no contexto da preparação da Agenda Visão África 2063, para a mobilização e articulação da VI Região Africana (DIÁSPORA, 2013).

(MUNANGA, 2009). Após as lutas pelas independências e abolição da escravatura, formaram-se os países da América Latina e Caribe. Após um século de independentes, os países Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Peru e Venezuela criaram leis educacionais com o intuito de valorizar e reconhecer a ancestralidade africana (HERNÁNDES, 2017). Estes países se comprometeram a criar políticas públicas para reparar os danos históricos decorrentes dos séculos de escravidão e discriminação racial pós-abolição das escravaturas e independência nacional.

No caso do Brasil, estas políticas foram conquistadas depois de muitos anos de luta contra as heranças do colonialismo e escravidão, essas problemáticas resultaram na exclusão da população negra que permaneceu às margens da sociedade brasileira. Segundo Muniz Sodré:

Vale recordar que a Abolição, além de dificuldades econômicas, criou imensos problemas psicossociais para o negro brasileiro. Excluída a viabilidade de um modo de vida rural auto-suficiente, o negro se converteu numa mão-de-obra em eterna disponibilidade, flutuando, sem definição, entre o campo e a cidade. A rigor, algo parecido também aconteceu, a partir da década de 30, com amplos setores da sociedade brasileira, na medida em que o processo de industrialização (renovador de tecnologia e acelerador de urbanização) desorganizou as estruturas agrárias tradicionais, sem criar possibilidades de empregos industriais para todos. A marginalização de largas faixas da população urbana e rural é hoje a consequência lógica desse modelo industrializador que precisa da discriminação e da exclusão sociais, para gerar o seu próprio excedente econômico (SODRÉ, 1998 p. 13).

Diante desta situação, foram formadas diversas organizações negras durante o século XX, com destaque à Frente Negra Brasileira (1931-1937), o Teatro Experimental do Negro (1943-1961) e o Movimento Negro Unificado (MNU) fundado em 1978 após a junção de diversas organizações negras. Elas reivindicaram a criação de políticas públicas efetivas para a erradicação do racismo que dificulta a inserção da população negra na sociedade brasileira e na educação. Foi reivindicado desde o início do século a inclusão da população negra e do ensino de história e cultura negra na educação pública, até que no ano de 2002 é instituída por meio de decreto a Política Nacional de Ações Afirmativas, entre as políticas que a compõe está a lei 10.639/2003.

Estas políticas reforçam o que já estava contido na constituição de 1988 sobre o respeito à diversidade cultural brasileira e a garantia de direitos sem qualquer tipo de discriminação. As políticas de ações afirmativas são políticas públicas ou privadas voltadas ao combate de desigualdades históricas e a garantir que os grupos historicamente

discriminados possam competir em pé de igualdade com o restante da sociedade. Os Estados Unidos foi o primeiro a adotar este tipo de políticas (GOMES, 2006), mas na América Latina e Caribe muitos países também as adotaram, como Brasil, Colômbia, Argentina, Bolívia, Cuba, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela (HERNÁNDES, 2017).

O colonialismo também gerou consequências psicológicas, o complexo de inferioridade por parte dos povos colonizados e seus descendentes e de superioridade por parte dos colonizadores e seus descendentes como é apontado por Frantz Fanon (1952; 1961). Sendo assim, as políticas de ações afirmativas são pensadas como ferramenta importante para desmascarar o racismo no Brasil e criar possibilidade de efetivar os direitos da população negra no país. Contribuindo para, a partir do seu aprofundamento e efetivação, desfazer tais complexos de inferioridade e superioridade herdados do colonialismo.

Um reflexo positivo destas políticas está na questão do aumento da auto-declaração de pessoas negras no país. Segundo o censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, 45,9% da população total, ou seja, 98 milhões de brasileiros reconhecem que têm alguma ascendência africana e se autodeclara preta ou parda (negra). Considerando que estamos às vésperas do censo 2020, podemos ter uma auto-declaração ainda maior de população negra no país. Como é mostrado pelo PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) realizado pelo IBGE, a população que se autodeclara preta vem aumentando em todas as regiões no país, no total o aumento é de 7,4% em 2012 para 9,3% seis anos depois. Essa alteração segundo Maria Lúcia Vieira, gerente da Pnad Contínua 2018, “pode ter influência da presença de políticas afirmativas para redução das desigualdades raciais. Um exemplo deste tipo de medida é a implantação de cotas raciais em universidades públicas” (BARBOSA, 2019).

Segundo Nilma Lino Gomes (2012), “a diversidade da população que compõe o país foi tratada de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos e até hoje não foi devidamente equacionada pelo Estado, escolas e seus currículos” (p. 688). A Lei 10.639/03 institui a obrigatoriedade do estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas sociais, econômicas e políticas pertinentes à História do Brasil (BRASIL, 2003). Para dar base teórica e orientação para a sua implementação, são criadas um ano depois, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira a partir do

Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação. Entre as proposições e orientações criadas, está o ensino de história da África em perspectiva positiva, como é explicado no documento⁸, visando combater as visões estereotipadas e reducionistas que se tem no país sobre o continente e sua população. Segundo Kabengele Munanga em *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo* (2009), o ensino de história africana pode contribuir para combater o imaginário estereotipado e depreciativo que tem a população brasileira sobre o continente, acumulado durante o período escravista e colonial e que pavimentou a historiografia ocidental. Por sua vez, as diretrizes visam oferecer orientação aos profissionais da educação e toda a população no que se refere à abordagens metodológicas e criação de ações pedagógicas sobre o legado africano no Brasil.

Durante as oficinas de extensão, observação e regência de estágio no curso de História Licenciatura, oficinas autônomas do DanZafro nas escolas e comunidades de Foz do Iguaçu, as professoras da rede pública que participaram relataram que tiveram pouca ou nenhuma formação em história africana e da diáspora, portanto para dar conta dos conteúdos da Lei 10.639/03. Em entrevista realizada no Colégio Flávio Warken em 2017 para trabalho final da disciplina *Laboratório do Ensino de História I*, foi perguntado a uma professora de português se existiam projetos no colégio para implementação da Lei 10.639/03. Foi respondido que não existe projetos conjuntos, mas que a mesma realiza este trabalho de forma isolada. Ela afirma também que estes conteúdos são abordados somente quando se aproxima o mês da consciência negra (novembro) e acredita que se existisse um projeto durante o ano todo com todas as disciplinas, seria um trabalho mais conscientizador. Finaliza dizendo que trabalhar isolado, fragiliza a argumentação.

Também é comum a reprodução por parte de professores e alunos do pensamento transmitido pela mídia, filmes, novelas e os meios de comunicação, que insistem em produzir imagens estereotipadas de África, africanos e seus descendentes. Estas estão sempre relacionadas à pobreza, selvageria, fome, doenças e criminalidade. Esse pensamento não se

⁸ Em História da África, tratada em perspectiva positiva, não só de denúncia da miséria e discriminações que atingem o continente, nos tópicos pertinentes se fará articuladamente com a história dos afrodescendentes no Brasil e serão abordados temas relativos: - ao papel dos anciãos e dos griots como guardiões da memória histórica; - à história da ancestralidade e religiosidade africana; - aos núbios e aos egípcios, como civilizações que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento da humanidade; - às civilizações e organizações políticas pré-coloniais, como os reinos do Mali, do Congo e do Zimbábwe; - ao tráfico e à escravidão do ponto de vista dos escravizados; - ao papel de europeus, de asiáticos e também de africanos no tráfico; - à ocupação colonial na perspectiva dos africanos; - às lutas pela independência política dos países africanos; - às ações em prol da união africana em nossos dias, bem como o papel da União Africana, para tanto; - às relações entre as culturas e as histórias dos povos do continente africano e os da diáspora; - à formação compulsória da diáspora, vida e existência cultural e histórica dos africanos e seus descendentes fora da África; - à diversidade da diáspora, hoje, nas Américas, Caribe, Europa, Ásia; - aos acordos políticos, econômicos, educacionais e culturais entre África, Brasil e outros países da diáspora (BRASIL, 2004).

resume a educação básica, mas também está presente no ensino superior e em toda sociedade brasileira que ainda caminha em passos lentos no combate ao racismo.

Mesmo que caminhando a passos lentos, vimos que as políticas de ações afirmativas, entre elas a Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, podem contribuir para o combate ao racismo. Sendo assim, se reafirma a necessidade da criação, divulgação e fortalecimento de estratégias pedagógicas com esse intuito, entre elas, o ensino de história e cultura africana e da diáspora a partir das suas expressões culturais musicais e artísticas.

OS RITMOS COMO CONTINUIDADE CULTURAL AFRICANA NA DIÁSPORA

Como as expressões culturais musicais de matriz africana podem nos ensinar história? Os ritmos musicais, instrumentos e danças de origem africana constituem produção de conhecimento, estão inseridos no contexto e cotidiano cultural da diáspora, nas religiões de matriz africana, na música conhecida como popular, como o Samba, Carnaval, Afoxé, Maracatu, Bullerengue, Salsa, entre outros. Segundo Muniz Sodré em *Samba, o dono do corpo* (1998), na cultura tradicional africana, a música não é considerada função autônoma, mas uma forma ao lado das danças, mitos, lendas, objetos encarregadas de acionar o processo de interação entre os homens e entre o mundo visível (o aiê, em nagô) e o invisível (o orum). O autor também enfatiza que o sentido de uma peça musical tem de ser buscado no sistema religioso ou no sistema de trocas simbólicas do grupo social em questão, sendo assim, podemos compreender que os ritmos, danças e cantos de matriz africana fazem parte das manifestações culturais criadas e recriadas nas diásporas e nestes estão inseridos mitos, histórias e culturas.

Estas linhas de Sodré entram em consonância com o que é colocado por Inaicyrá Falcão dos Santos em *Corpo e Ancestralidade; ressignificação de uma herança cultural* (2008). Segundo a autora, as informações como cantos, danças e matrizes da tradição de uma cultura possibilitam comunicação e compreensão da estrutura de vida dos seus povos.

Mesmo assim, no Brasil expressões culturais musicais de matriz africana são constantemente chamadas de “folclore”, reduzindo o significado que podem ter dentro dos grupos sociais. Segundo Mamadou Alpha Diallo (2017) esta palavra simboliza a sutileza do racismo à brasileira que infelizmente é tão enraizado que é utilizada com orgulho, mas por trás deste folclore, da musicalidade afrodescendente, se esconde o desprezo, como se negro só soubesse fazer samba. Portanto a partir da denominação folclore, perdemos o significado

cultural e histórico que contém os ritmos africanos e da diáspora, as danças, cantos e mitos que a compõe. Igualmente, perdemos a possibilidade de debate sobre sua importância e capacidade de nos ensinar a história e cultura dos grupos sociais que as praticam. Os grupos musicais como o Afoxé, uma manifestação negra ligada ao Candomblé, que desfilou no carnaval da Bahia pela primeira vez em 1885, articulam uma importante ferramenta da luta antirracista transmitindo mensagens de valorização da cultura de matriz africana.

O significado complexo da musicalidade da diáspora também é percebido em diversas partes do continente africano, continente de onde se originaram. A musicalidade, os instrumentos, danças e ritmos podem ser estudados com a finalidade de conhecer mais a história dos povos que os praticam:

Na verdade, a música encontra-se de tal modo integrada à tradição que algumas narrativas somente podem ser transmitidas sob a forma cantada. A própria canção popular, que exprime a “vontade geral” de forma satírica e que permaneceu vigorosa mesmo com as lutas eleitorais do século XX, é um gênero precioso, que contrabalança e completa as afirmações dos “documentos” oficiais. O que se diz aqui sobre a música vale também para outras formas de expressão, como as artes plásticas, cujas produções são, por vezes, a expressão direta de personagens, de acontecimentos ou de culturas históricas, como nos reinos de Abomey e do Benin (baixos - relevos) ou na nação Kuba (esculturas) (KI-ZERBO, 2010 p. XLIII).

A partir do pensamento de Ki-Zerbo, podemos compreender que aspectos relacionados à musicalidade africana podem constituir uma importante fonte para a história da África e da diáspora, como também podem ser trabalhadas nas escolas para o cumprimento dos conteúdos propostos pela lei 10.639/03. É interessante que o/a professor/a realize trabalhos de pesquisas com os alunos para o conhecimento de manifestações culturais locais de matriz africana, desenvolvendo projetos com o objetivo de conhecer e suas histórias, culturas e lutas políticas.

A musicalidade de matriz africana carrega a junção do som, dança e canto. É percebida nos diversos ritmos da diáspora a presença de um vazio melódico que incita o preenchimento do tempo, seja com canto, palmas ou danças. Este vazio melódico é denominado sincopa:

É a ausência no compasso da marcação de um tempo (fraco) que, no entanto, repercute noutro mais forte. (...) Tanto no *jazz* quanto no *samba*, atua de modo especial a sincopa, incitando o ouvinte a preencher o tempo vazio com a marcação corporal – palmas, meneios, balanços, dança. É o corpo que também falta – no apelo da sincopa. Sua força magnética, compulsiva mesmo, vem do impulso (provocado pelo vazio rítmico) de se

completar a ausência do tempo com a dinâmica do movimento no espaço. O corpo exigido pela sincopa do samba é aquele mesmo que a escravatura procurava violentar e reprimir culturalmente na História brasileira: o corpo do negro (SODRÉ, 1998 p. 11).

É também a partir da sincopa que se dão interações entre os participantes das manifestações musicais, como produtores/as da música em interação com ela a partir do corpo com canto, palmas e dança. Desta forma os ritmos africanos e da diáspora são marcados pela interação coletiva entre os participantes, sendo de extrema importância para despertar e reforçar o senso de coletividade entre os participantes, seja nas escolas e em todos os lugares em que a música está presente, sendo que todos/as participam da produção da música. A partir das danças africanas e da diáspora também é possível incentivar os/as alunos/as a conhecerem seus corpos, os valorizarem e aprender sobre a história de resistência e permanência cultural africana na diáspora:

Nos quilombos, nos engenhos, nas plantações, nas cidades, havia samba onde estava o negro, como uma inequívoca demonstração de resistência ao imperativo social (escravagista) de redução do corpo negro a uma máquina produtiva e como uma afirmação de continuidade do universo cultural africano. (SODRÉ, 1998 p. 12)

Portanto, os aprendizados dos toques dos instrumentos, dos passos das danças e letras cantadas, são algumas das formas de aprender sobre as influências culturais africanas na América Latina. Bem como as demais expressões artísticas africanas do continente e da diáspora, constituem importante fonte para o estudo e ensino da história africana. Como continuidades das culturas dos povos africanos trazidos para a diáspora, os ritmos também são formas encontradas para transmitir valores culturais da coletividade e liberdade para as próximas gerações. São parte da luta contra o racismo e pela afirmação da humanidade em um contexto de tentativas decorrentes de desumanização.

Nos demais países que receberam as influências culturais africanas a partir do tráfico transatlântico e das migrações posteriores, também se dão essas formas de resistência cultural e política, cabe às escolas realizarem projetos de pesquisa com os alunos sobre os outros países da diáspora africana além do Brasil para conhecer um pouco mais sobre as histórias desses povos. Dito isso, os ritmos podem ser trabalhados nas escolas de diversas formas, sendo a partir do aprendizado de toques e danças, levantamento dos ritmos da diáspora africana a partir de pesquisas, rodas de conversa e discussões a partir de textos e vídeos.

EXPERIÊNCIA DE ENSINO DOS RITMOS AFRICANOS E DA DIÁSPORA NAS ESCOLAS

A partir dos projetos citados, realizamos atividades pedagógicas durante o ano de 2018 e primeiro semestre de 2019. O projeto *Alafia Ere: arte e educação das culturas afrodescendentes* foi realizado com turmas do 3º e 4º ano na escola Ademar Marques Curvo, localizada no Jd. São Sebastião, zona norte de Foz do Iguaçu. Foram realizadas oficinas de danças e ritmos, o grupo responsável por ensiná-los realizava rodas de conversa, debates sobre os filmes e leitura de textos antes de ensinar os ritmos nos tambores. O primeiro filme trabalhado foi *Uma história de amor e fúria* (2013), a partir deste discutimos as revoltas anti-escravistas e anti-coloniais, a resistência negra e indígena no Brasil. O segundo foi *Nota 10: África no currículo escolar* (2004), a partir dele discutimos o porque de falar sobre história africana e da diáspora nas escolas, percebendo influências africanas na cultura brasileira como a religiosidade, palavras, musicalidade e no desenvolvimento econômico do país, mesmo que a população negra não desfrute dele.

Com a utilização de mapas do continente africano (figura 1 e 2) e textos de Kabengele Munanga *Antigas civilizações da África e África medieval e seus Estados políticos em Origens Africanas do Brasil Contemporâneo* (2009) e textos de Joel Rufino dos Santos *Os Africanos (A) e Os Africanos (B) em A questão do negro na sala de aula* (2016), discutimos sobre a África ter construído diversas civilizações antes da colonização árabe e europeia desde a antiguidade como o Egito, Kush, Núbia e Etiópia até os estados da África medieval como Gana, Mali, Cidades Iorubá, Congo, Monomotapa e outras. Segundo Munanga (2009) “Na historiografia colonial ainda persistente no imaginário coletivo contemporâneo, a história desses Estados foi silenciada na formação dos africanos para destruir a consciência histórica dos oprimidos e conseqüentemente sua identidade coletiva” (p. 55), portanto é preciso demonstrar que na chegada de árabes e europeus, já existiam civilizações africanas, portanto a colonização não trouxe civilização, pois elas já existiam no continente.

A partir dos mapas também discutimos a colonização e independência dos países africanos. Segundo SANTOS (2016) o professor deve apresentar o mapa da África, mostrar os países, os grandes rios, as regiões naturais e as riquezas do subsolo, descrevendo o clima e a população para derrubar alguns clichês (p. 25). O autor continua dizendo que os brasileiros não estão acostumados a visualizar o mapa da África e atribuímos ao continente muitos estereótipos segundo filmes do Tarzan e a mídia que cria imagens de miséria, guerras, doenças e outras sobre o continente.

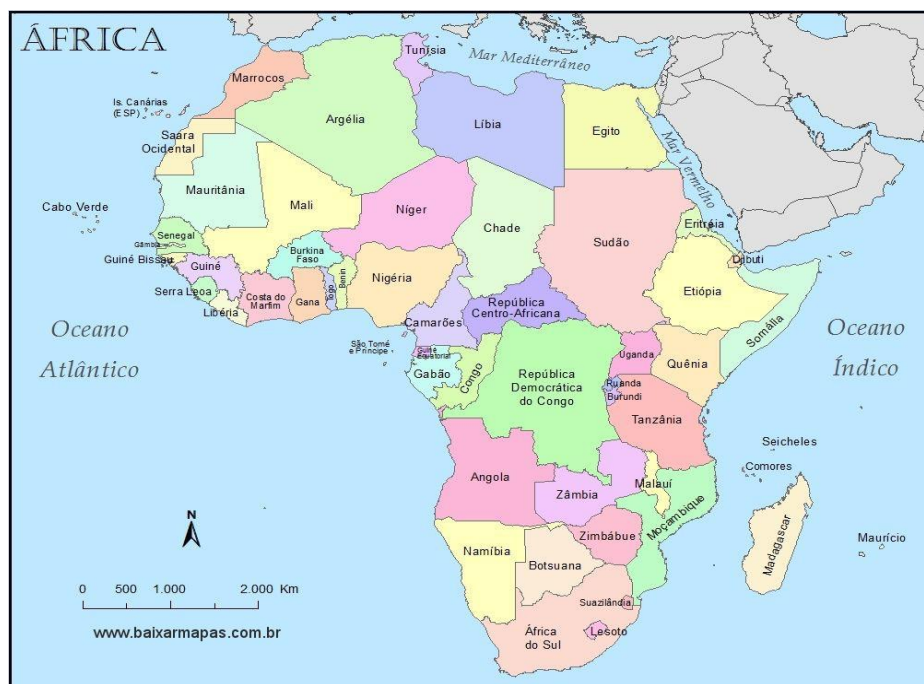


Figura 2: Mapa Político Africano após 1885.

Fonte: Mapa África Político (<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-da-africa/>)

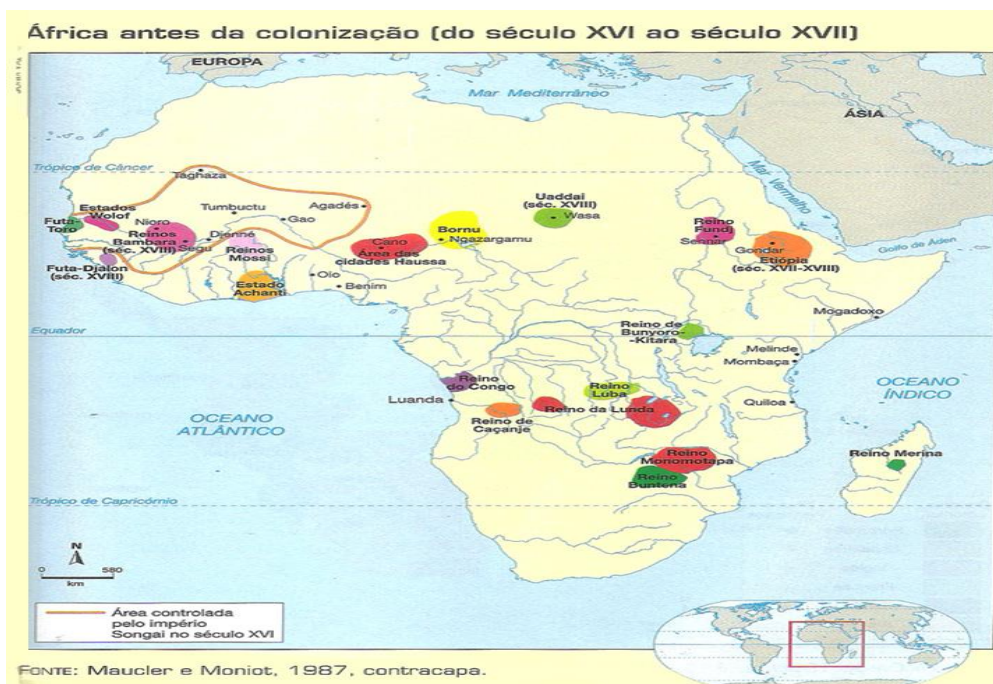


Figura 4: Mapa África antes da Colonização.

Fonte: (MUNANGA, 2009).

Na sala de aula durante o projeto, reparei que os alunos tinham algum conhecimento sobre a história do povo negro e indígena que não estava ligado à estereótipos. Por exemplo, apareceram durante as conversas, discursos sobre a discriminação que sofrem as pessoas negras, as políticas de embranquecimento que o Estado brasileiro criou em finais do século XIX e início do XX que trouxe os imigrantes europeus marginalizando os africanos, que a população de Foz do Iguaçu primeiramente foi a Guaraní e que o Brasil não foi descoberto porque estes aqui já habitavam. Mesmo assim, ao perguntar quais países africanos eles conheciam, poucos participaram e se pronunciaram. O ensino de ritmos pode ser realizado com o auxílio de vídeos, textos e mapas para aprofundar nas origens dos mesmos e dos povos que os praticam, levantar debates e discussões.

Os ritmos foram ensinados por mim, que sou percussionista, e outros integrantes dos projetos que auxiliaram na organização, discussão e ensino de toques e danças. Ensinamos os toques em tambores africanos, como Djembé e Dundun e da diáspora, como Conga, Timbal, Pandeiro e Agogô. Ao ensinar os toques foi discutida a origem e o contexto em que são tocados. Começamos com o Ijexá, tocado e dançado nos grupos de Afoxé e no Candomblé, ritmo que consideramos de maior facilidade e proximidade para o aprendizado dos alunos que nunca tiveram contato com instrumentos de percussão. Outro ritmo que escolhemos para iniciar os aprendizados foi o Cabula ou Samba, também tocado no Afoxé e Candomblé, é um dos ritmos mais conhecidos no Brasil que para Muniz Sodré (1998) é um aspecto da cultura negra, uma continuidade africana no Brasil e modo brasileiro de resistência cultural, mas que passou por processos de elitização, mestiçagem, embranquecimento e adaptações para a indústria musical. Estes ritmos em específico foram aprendidos a partir da experiência e participação, dos/das integrantes ministrantes das oficinas do projeto, nas apresentações e atividades do Afoxé Ogum Funmilaiyó de Foz do Iguaçu⁹.

Ensinamos posteriormente a Salsa, ritmo caribenho criado da junção de ritmos trazido pelos povos africanos e tocado principalmente nos tambores chamados Congas. O Bullerengue, ritmo afro-colombiano dos descendentes de San Basilio de Palenque na costa caribenha da Colômbia, conhecido na região como primeiro quilombo da América Latina¹⁰.

⁹ Grupo de Afoxé da casa de Candomblé da Yalorixá Mãe Marina Tunirê Genan, presidenta do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial de Foz do Iguaçu (COMPIR), criado pela Lei 4.727 de 14 de maio de 2019.

¹⁰ “descendentes de los cimarrones que habitaron San Basilio de Palenque, conocido como el ‘primer pueblo libre de América Latina’. El pueblo fue fundado por esclavos fugados de Cartagena en el siglo XVII, liderados por Benkos Biohó, un esclavo traído a América desde lo que ahora se conoce como Guinea-Bisau. La palabra ‘palenque’ hacía referencia a las empalizadas levantadas por los esclavos africanos fugitivos, durante la época colonial, para refugiarse de sus perseguidores” (disponível em: <https://antojandoando.com/explorando-el-bullerengue-la-danza-y-musica-de-san-basilio-de-palenque/> acesso em: 08/11/2019)

Os ritmos de Guiné (Konacri) que conhecemos com a dançarina e percussionista Mariama Câmara do mesmo país que ministrou oficinas em 2016 no Centro Comunitário da Vila C por intermédio do projeto *Entendimentos e Práticas da História: Ritmos e Danças Afro-latinas e Afro-caribenhas*¹¹. Foi por meio deste projeto que foram comprados os instrumentos de percussão africanos e afro-latinos e caribenhos utilizados nos projetos *Alafia Erê* e *Conhecimentos de Orí*. Também foram adquiridos livros de temática negra, entre eles *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo* de Kabengele Munanga (2009).

Além da escola Ademar Marques Curvo, também levamos o projeto na semana da consciência negra em 2018 para a AFA (Associação Fraternidade e Aliança) do Porto Meira, bairro na zona sul de Foz do Iguaçu. Alguns alunos cultuavam religiões de matriz africana como Candomblé e Umbanda e ficaram muito interessados em aprender os toques, alguns já os conheciam, mas não sabiam tocar, então ensinamos os toques e danças à estes alunos e realizamos rodas de conversa sobre África, diáspora africana, cultura de matriz africana no Brasil e racismo a partir dos ritmos africanos e da diáspora e do hip-hop. Por intermédio de uma professora da instituição fui informado que esses alunos depois de se conectarem na AFA foram conhecer as casas religiosas uns dos outros.

Durante o período de vigência dos projetos *Entendimentos e Práticas*, *Alafia Erê* e *Conhecimento de Orí*, realizamos oficinas nas escolas de Foz do Iguaçu: Colégio Estadual Prof. Flavio Warken, Colégio Estadual Doutor Arnaldo Busatto, Colégio Estadual Barão do Rio Branco, Colégio Estadual Professora Carmelita de Souza e Colégio Estadual Três Bandeiras. Participamos de feiras e atividades do mês da Consciência Negra (novembro) na Vila C e foram realizadas oficinas na Associação Fraternidade Aliança. Em todos estes momentos, principalmente nas oficinas, em que foi possível conversar e explicar o que estamos fazendo e aprendendo, a intenção foi discutir os textos e vídeos citados e despertar no público o entendimento sobre o processo de formação dos ritmos e danças de matriz africana como parte da permanência cultural africana na diáspora, compreendendo o fortalecimento da cultura do continente africano e da diáspora como forma de resistência e luta contra o colonialismo como colocado por Amílcar Cabral (2011).

Foi interessante a participação dos professores e professoras e a discussão que tivemos com eles sobre textos e vídeos e a importância do ensino de história e cultura

¹¹ Coordenado por Julio Silveira Moreira, professor de Ciência Política e Sociologia da UNILA. É importante citar que este projeto foi escrito e desenvolvido por Juliana Zacarias, Maria Lucília Emilien Beaubrun e Laís Cabral Neckel, ex estudantes da UNILA, dançarinas e professoras de danças africanas e da diáspora e estudantes voluntários de graduação da mesma universidade, sendo o professor citado um interlocutor do projeto e instituição pública.

africana e da diáspora, alertamos para a possibilidade de pesquisar e trabalhar com os alunos temas semelhantes sobre diversos países da América Latina, que praticamente há afrodescendentes em todos.

Após a realização destes projetos de extensão, o grupo DanZafro foi convidado pela professora Angela Maria de Souza, do curso de Antropologia e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-latino-americano, para participar do projeto de acolhimento estudantil da UNILA intitulado *Conhecimento de Orí: ancestralidade e vivências artísticos-culturais Negras na América Latina e Caribe* (2019). Seu propósito foi ampliar a discussão sobre as questões étnico-raciais, no contexto da diáspora afro-latino americana e caribenha através da literatura, da poesia, da música e de outras formas de conhecimento produzidos pelas populações negras no contexto de diáspora, temáticas que se alia o grupo DanZafro.

Neste projeto foi possível a realização de diversas atividades relacionadas a musicalidade, ritmos e danças africanas e da diáspora como abertura de discussão étnico-racial e ensino de história e cultura africana e da diáspora. Foram realizadas oficinas e rodas de conversa, explicando a origem dos ritmos e ensinando as danças e toques destes, discutindo o processo de escravização e formação da diáspora africana, o racismo estrutural a luta contra o racismo, a musicalidade brasileira de origem africana e as marcas culturais africanas na cultura brasileira, principalmente na língua e religiosidade.

Durante as oficinas e rodas de conversa, podemos aproveitar materiais e fontes diversas que podem ser utilizados por professoras e professores em sala de aula. Procuramos dar uma contribuição para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, bem como da diáspora africana presente em outros países da América Latina. O ensino de ritmos africanos e da diáspora pode ser uma importante ferramenta para a valorização e reconhecimento da cultura de matriz africana, possibilitando que afrodescendentes e toda a população se conscientizem sobre as temáticas relacionadas à populações negras, ancestralidade, raça e racismo, visando a construção efetiva do reconhecimento da pluralidade cultural e da luta contra todo tipo de discriminação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de mostrar algumas possibilidades de ensino da história e cultura africana a partir dos ritmos e do aprendizado dos seus toques, danças e contexto histórico cultural de formação. A prática pedagógica a partir do conhecimento dos ritmos possibilita cumprir os conteúdos da lei 10.639/03, seja no aprendizado dos toques e danças ou

sobre o seu processo histórico de formação. Este ensino contribui para a implementação da Lei e das políticas de ações afirmativas no contexto da construção de uma sociedade que reconheça a pluralidade cultural e para que a população africana na diáspora possa se reconhecer enquanto sujeitos orgulhosos do seu pertencimento étnico-racial.

Os ritmos africanos e da diáspora desde que chegaram na América Latina com a população africana, são uma das formas encontradas para resistir à morte de suas culturas forçada pela escravização e colonialismo. Juntamente com a formação de quilombos, revoltas e insurgências ao sistema colonial, o manutenção da religiosidade africana, as práticas culturais constituíram frente de enfrentamento à desumanização forçada pelo sistema. Além de resistência cultural, as práticas culturais musicais de matriz africana são parte fundamental da cultura dos povos trazidos para as Américas, que tem os ritmos inseridos em suas manifestações culturais do cotidiano, na religiosidade e festividade. Esta prática musical também está no ensino da história e cultura para as próximas gerações como este texto tenta demonstrar.

Ao ingressar no curso História Licenciatura, estava empolgado em me formar professor e aprender a história da América Latina e suas conexões com os demais continentes, sobretudo África. Em minha experiência de vida enquanto um jovem preto estudante de escola pública, tive a oportunidade de conhecer o samba, o funk e o rap dentro de casa com minha família e na rua. Esses ritmos de produção negra me despertaram a consciência crítica e a curiosidade por aprender a tocar instrumentos de percussão, o primeiro foi o pandeiro, e sobretudo conhecer o legado africano para a minha família e comunidade.

Foi a partir da música de matriz africana e da consciência histórica passada dentro de casa e na rua que me interessei pelo estudo e pelo ingresso na universidade pública. É também dentro dos movimentos sociais negros que participei, como o coletivo Amefricanxs, e participo, como o DanZafro e Afoxé Ogum Funmilaiyó, que surge a inspiração para estudar formas de aprender e ensinar a história e cultura africana e da diáspora nas escolas públicas. Desta forma os ritmos africanos e da diáspora constituem uma importante via de construção do conhecimento sobre o legado africano na diáspora, possibilitando caminhos na luta contra o racismo a partir do fortalecimento da cultura.

Sendo os ritmos da diáspora uma das características mais marcantes da cultura de matriz africana na América Latina, diferente de considera-los folclore, somente cultura nacional, ou popular, este texto mostra como são utilizados na estratégia de combate ao racismo e continuidade cultural africana na diáspora. Assim podemos incluí-los ao ensino de história se somando às iniciativas de resistência e de implementação da lei 10.639/03.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Bernardo. *Número de brasileiros que se declaram pretos cresce no país, diz IBGE.* - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2019/05/22/ibge-em-todas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declarampretos.htm?cmpid=copiaecola>. Site UOL. [Online] 22 de Maio de 2019. [Citado em: 30 de Outubro de 2019.] <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/05/22/ibge-entodas-as-regioes-mais-brasileiros-se-declaram-pretos.htm>.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira. Brasília, Brasil : s.n., 2004.

—. Lei 10.639. Brasília, Brasil : s.n., 9 de Janeiro de 2003.

CABRAL, Amílcar. *Libertação Nacional e Cultura.* Malhas que os impérios tecem. Textos anticoloniais. s.l. : Contextos pós-coloniais, pp. 355-375, 2011.

DIALLO, Mamadou Alpha. *Relação histórico-cultural entre o continente africano e a américa latina.* Revista Unila Extensão e Cidadania. Temática: Educação das Relações Étnico-Raciais, pp. 11-21, 2017.

DIÁSPORA, Encontro de África e a. *Documento final do Encontro de África e a Diáspora.* Portal da Camara dos Deputados do Brasil. [Online] 23 de Novembro de 2013. [Citado em: 16/10/2019 de Outubro de 2019.] <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/documento-final-do-encontrode-africa-e-a-diaspora>.

DOVE, Nah. *Mulherismo Africana Uma Teoria Afrocêntrica.* União dos Coletivos Pan-Africanistas. Coleção Pensamento Preto: Epistemologias do Renascimento Africano volume II. Diáspora Africana : Filhos da África, p. 254, 2018.

GOMES, Nilma Lino. *Desigualdades e diversidade na educação.* Educação e Sociedade, v. 33, pp. 687-693, 2012.

GOMES, Nilma Lino e MUNANGA, Kabengele. 2006. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo : Global, 2006.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. *Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeyro e a Nova Resposta dos Direitos Civis*. Salvador : EDUFBA, 2017.

KI-ZERBO, Joseph. *Intrudução Geral*. História Geral da África vol. 1. Brasília : UNESCO, 2010.

MUNANGA, Kabengele. *Origens Africanas do Brasil Contemporâneo*. São Paulo : Global, 2009.

PALMARES, Fundação cultural. *Diáspora Africana, você sabe o que é?* Site da Fundação Cultural Palmares. <http://www.palmares.gov.br/?p=53464>.

SANTOS, Inaicyr Falcão dos. *Corpo e Ancestralidade; ressignificação de uma herança cultural*. Anais ABRACE, v. 9, n. 1, p. 4. 2008.

SANTOS, Joel Rufino. *A questão do negro na sala de aula*. São Paulo : Global, 2016.

SODRÉ, Muniz. *Samba, o dono do corpo*. Rio de Janeiro : Mauad, 1998.

UNILA. *Projeto de Acolhimento Estudantil Conhecimento de Orí: ancestralidade e vivências artísticos-culturais Negras na América Latina e Caribe*. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil : UNILA, 2019.

—. *Projeto de Extensão Alafia Ere: Arte e Educação das Culturas Afrodescendentes*. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil : UNILA, 2017.

—. *Projeto de Extensão Entendimentos e Práticas da História: Ritmos e Danças afrolatinas e afro-caribenhas*. Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil : UNILA, 2016.